

DESAGUAMENTOS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO DO BRASIL

Prof. Dr. José Santino de Assis*
Maceió-Alagoas, 2011

Conforme Assis (1989) as terras da classe considerada seca ocorrentes na Região Nordeste do Brasil (mais a parcela ao norte de Minas Gerais) ocupam 958.820 km² de área. Elas são distribuídas por parcelas dos dez Estados que formam esta região do semiárido. Em 1936, no entanto, quando foi dado o nome de “Polígono das Secas”, a área era de 672.282 km² apenas (PAN-BRASIL, 2005). Essas terras recebem o nome de “Semiárido” pelos estudiosos, e de “Sertão” pela população nativa. A expansão da semiaridez pode ser devida ao aumento da temperatura média que, segundo informações recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), se aproxima dos 4° C alcançados durante os últimos 40 anos. Parte desse acréscimo é atribuída às mudanças climáticas globais. Mas com certeza os amplos desmatamentos são uma causa em potencial. Em todos os casos, porém, o principal resultado é a escassez de água no seu estado regular de oferta. As consequências são conhecidas: enchentes catastróficas; perdas dos solos e da biodiversidade; avanço da desertificação; pobreza absoluta; crises sociais graves.

As alternativas para recuperação das fontes produtivas de água não são utilizadas, apesar das chamadas de atenção para os riscos dos permanentes desmatamentos predatórios sem nenhum compromisso com a manutenção das reservas aquáticas naturais. As medidas paliativas são a construção de açudes e de cisternas, que dependem unicamente das escassas e irregulares chuvas. Por isso se esvaziam logo no começo das estiagens, quando entram em sena os carros-pipas. Além disso, quando um aquífero subterrâneo entra em exploração, o consumo passa a ser superior ao do reabastecimento, levando ao esvaziamento do poço. E isso é ainda mais rápido quando o aquífero é fóssil ou a zona de recarga já sofreu desmatamento por completo. Este que está transformando a região num palco de desenvolvimento muito avançado da desertificação antropogênica, em todos os níveis de gravidade que ela pode alcançar. Outro gravame verificado são as poucas reservas de água: sejam subterrâneas ou superficiais. Pois, ou não são utilizadas, ou são mal utilizadas. Ou são desperdiçadas. Isto é, não existe uma estratégia definida para a exploração. Este trabalho apresenta algumas experiências de pesquisas realizadas para a chamada de atenção desses riscos, em áreas do semiárido de três Estados nordestinos: Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte.

Um dos maiores casos de desperdícios de água subterrânea é observado no sudeste do Estado do Piauí, no vale do rio Gurguéia. O que ocorre pela sua margem direita, no trecho situado entre as cidades de Bom Jesus da Gurguéia e Canto do Buriti, passando por Cristino Castro e Elizeu Martins. Entre os anos de 1980 e 1985, época em que os estudos foram realizados (Assis, 1987), havia vários poços do tipo “artesianos” de jorros permanentes, com capacidade de vazão de até 600 metros cúbicos por hora. Água que até à atualidade não tem outro aproveitamento além do lazer (balneários) e da beleza cênica que oferece. A pesquisa feita naquela época chamava a atenção para o risco do esvaziamento do aquífero, principalmente pelos desmatamentos que eram promovidos na zona de recarga: a Chapada do Bom Jesus da Gurguéia. Apesar desse longo tempo, nenhuma medida de proteção foi tomada. Pelo contrário, o desmatamento foi oficialmente autorizado.

Sobre o Estado do Rio Grande do Norte apresentam-se dois exemplos de pesquisas realizadas no seu território semiárido: a da folha SB. 24 ZA-II Pau dos Ferros, e a da Bacia Potiguar. A execução da primeira (Assis, 1985) foi a cargo de uma equipe multidisciplinar: um hidrogeólogo, um pedólogo e um fitogeógrafo (este signatário). A área se aproxima dos 3025 km², e suas rochas são do embasamento cristalino. A pesquisa se destinava à localização de águas subterrâneas em zonas de falhamentos, de acúmulo de material detrítico, de sedimentos marginais aos canais de drenagem, dentre outros. Os estudos sobre a vegetação visavam à proteção dos locais de infiltração das águas pluviais abastecedoras dos pequenos lençóis, a fim de que fossem mantidos em permanente funcionamento. Por se tratar de uma área de extrema carência de água, o projeto era altamente relevante. Infelizmente, por mudanças político-governamentais, ele foi paralisado logo após a conclusão de apenas duas quadrículas: a de Pau

dos Ferros-RN e a de Orós-CE (ambos os Relatórios Técnicos foram entregues à SUDENE). Esta que era um dos membros do Convênio entre si e o Projeto RADAMBRASIL.

Os estudos sobre a Bacia Potiguar (Assis, 1989) foram desenvolvidos para se verificar o rebaixamento de nível do “Aquífero Arenito Açú”, considerando a relação do volume explorado e o desmatamento generalizado da sua zona de recargas. Uma vez que ele atendia a uma população superior a meio milhão de habitantes; grandes projetos de irrigação; todo o conjunto industrial; e demais empresas rurais e urbanas de todos os níveis. Confirmou-se que o aquífero desse grande potencial se tornaria improdutivo por volta dos quinze aos vinte e cinco anos mais tarde. O alerta foi colocado e, com ele, a sugestão de que outras formas de obtenção de água teriam que ser viabilizadas imediatamente, a fim de que o colapso fosse evitado. Pois o nível piezométrico já havia baixado tanto que muitos poços profundos já estavam paralisados. Poucos anos depois foi construída uma macro represa no leito do rio Açú à montante da sede municipal de mesmo nome. Ela está substituindo as águas originárias do aquífero em referência.

Em Alagoas, um dos estudos foi relacionado com a desertificação (Assis, 2004 e 2006), em que, no seu traço natural, foi diagnosticada a existência dos climas: árido, semiárido e subúmido seco. Quanto à desertificação antropogênica, o seu avanço tem sido devido aos desmatamentos cuja principal consequência é o prolongamento das secas, acompanhado da redução do já escasso potencial de águas superficiais e subterrâneas. Salvam-se apenas as do Rio São Francisco que, apesar de perenes, não são aproveitadas regularmente para o atendimento público de todas as categorias. Com exceção da produção de energia elétrica. Assim, a escassez vai se tornando mais frequente e a desertificação avança em direção ao litoral. Apesar do diagnóstico sobre ela e os desmatamentos terem sido oferecidos com os devidos mapeamentos, os gravames são ignorados. Motivos pelos quais, a escassez das águas continua em franca expansão. Algo de corretivo precisa ser imediatamente agilizado.

*É Geógrafo Doutor em Organização do Espaço. Atuante no Zoneamento e na Análise Geofitoambiental para o Planejamento Territorial.